A EXTENSÃO CURRICULARIZADA NA FORMAÇÃO DO PEDAGOGO: RECORTE DE UMA EXPERIÊNCIA NO CURSO DE PEDAGOGIA DA UNIATENEU EM FORTALEZA/CE

Naira Maria Ribeiro Sousa[1]; **Maria Clara Alencar de Carvalho Paiva[2]**; Thaís Brito da Silva[3]; Francisco Jahannes dos Santos Rodrigues[4].

[1] Graduanda do curso de Pedagogia no Centro Universitário Ateneu (UniAteneu). Fortaleza, Ceará, Brasil, eunairaribeiro@gmail.com
[2] Graduanda do curso de Pedagogia no Centro Universitário Ateneu (UniAteneu). Fortaleza, Ceará, Brasil, alencardecarvalho21@gmail.com
[3] Graduanda do curso de Pedagogia no Centro Universitário Ateneu (UniAteneu). Fortaleza, Ceará, Brasil, thaisbrito.s01@gmail.com
[4] Pedagogo, doutor em Educação e docente em Pedagogia no Centro Universitário Ateneu (UniAteneu). Fortaleza, Ceará, Brasil, fjahannes@gmail.com

Introdução

A curricularização da extensão, conforme estabelecida pela Resolução CNE/CES nº 7/2018, que determina a inserção mínima de 10% da carga horária dos cursos de graduação em atividades extensionistas, impõe às instituições de ensino superior o desafio de reorganizar seus projetos pedagógicos. No entanto, a efetivação dessa diretriz não se resume ao cumprimento formal de carga horária. Trata-se de repensar concepções de formação, superando a fragmentação entre teoria e prática e reconhecendo a extensão como dimensão epistemológica da formação docente. Nesse contexto, analisar experiências concretas torna-se fundamental para compreender se a curricularização tem operado como transformação formativa ou apenas como adequação normativa. Este trabalho é fruto de uma atividade de extensão desenvolvida no curso de Pedagogia do Centro Universitário Ateneu (UniAteneu), em Fortaleza/CE, vinculada ao programa "Círculos de Cultura Pedagógicos". Trata-se de um recorte de pesquisa já publicada em periódico científico, mas que, nesta versão, objetiva aprofundar especificamente o papel da extensão curricularizada como dispositivo formativo na construção da identidade profissional do pedagogo.

Fundamentada na Educação Popular, especialmente em Paulo Freire (1996), a experiência tomou o Círculo de Cultura como eixo metodológico para desenvolver uma ação com crianças de 7 a 11 anos no bairro Barra do Ceará. O objetivo deste resumo expandido é analisar de que modo a inserção curricular da extensão tenciona concepções assistencialistas e produz deslocamentos formativos na compreensão de território, docência e identidade profissional.

Este texto constitui um recorte analítico de pesquisa já publicada em periódico científico, cujo foco original incidiu sobre os deslocamentos formativos produzidos pela experiência extensionista. Nesta versão, entretanto, a análise desloca-se para problematizar especificamente o papel da extensão curricularizada na formação do pedagogo, aprofundando dimensões institucionais e formativas que não foram exploradas na publicação anterior.

Metodologia

A investigação insere-se no campo qualitativo, conforme Minayo (2014), por privilegiar a análise dos significados atribuídos pelas estudantes à experiência vivida. Participaram três graduandas do curso de Pedagogia, envolvidas na ação extensionista realizada em um centro comunitário da periferia de Fortaleza.

A produção dos dados ocorreu por meio de diários de campo, portfólios reflexivos e rodas de avaliação realizadas ao longo do processo. Esses registros foram submetidos à leitura compreensiva e à análise temática, inspirada em Bardin (2011), buscando identificar núcleos de sentido relacionados à compreensão de extensão, território e prática docente.

O foco analítico não recai sobre as crianças participantes, mas sobre os deslocamentos formativos das extensionistas. As categorias interpretativas emergiram do próprio material empírico, organizadas em torno de três eixos: extensão como transferência versus diálogo; território como carência versus potência; docência como aplicação versus escuta situada.

A inserção da atividade extensionista no currículo não ocorreu como ação isolada, mas como componente articulado às disciplinas formativas do curso. A mediação docente desempenhou papel central na problematização das experiências vividas, evitando que a prática se reduzisse a vivência espontânea. Nesse sentido, a curricularização exigiu acompanhamento sistemático, momentos de orientação e dispositivos de reflexão coletiva, evidenciando que a extensão, quando integrada ao currículo, demanda intencionalidade pedagógica e sustentação institucional.

Resultados e Discussão

A análise evidencia que a curricularização da extensão produziu tensionamentos significativos na formação das estudantes. Nos momentos iniciais de planejamento, aparecia de forma implícita a ideia de "levar" conhecimento acadêmico à comunidade. Tal perspectiva dialoga com a crítica freiriana à concepção bancária de extensão, denunciada na obra de Freire (1977) "Extensão ou Comunicação?".

O contato com as narrativas infantis sobre o bairro, contudo, deslocou esse olhar. O território deixou de ser percebido prioritariamente por suas ausências e passou a ser compreendido como espaço vivido, marcado por afetos, memórias e pertencimentos, em consonância com Milton Santos (2007). A escuta das crianças revelou leituras críticas sobre o espaço urbano, aproximando-se da noção de direito à cidade discutida por Lefebvre (2001).

Esse movimento impactou diretamente a construção da identidade docente em formação. As estudantes passaram a reconhecer que a prática pedagógica não se reduz à aplicação de conteúdos planejados, mas exige abertura ao imprevisto e sensibilidade às experiências do outro. A docência começou a ser compreendida como prática situada e dialógica, alinhada à perspectiva da Educação Popular.

A sistematização da experiência — especialmente na elaboração dos portfólios — mostrou-se momento central de tomada de consciência. Foi nesse exercício reflexivo que aprendizagens inicialmente difusas se tornaram explícitas, evidenciando a potência formativa da articulação entre ação e reflexão, conforme discute Schön (2000).

Entretanto, também se identificam limites e ambiguidades. A incorporação discursiva de conceitos como protagonismo infantil e território não elimina automaticamente as assimetrias entre universidade e comunidade. A mediação das narrativas pelas extensionistas revela que a superação de hierarquias exige processo formativo contínuo e institucionalmente sustentado.

Diferentemente de experiências extensionistas voluntárias, a inserção curricular da atividade implicou compromisso acadêmico sistemático, produção de registros e avaliação formativa. Essa formalização, longe de burocratizar o processo, contribuiu para que as estudantes reconhecessem a extensão como dimensão constitutiva da formação e não como atividade complementar. A obrigatoriedade curricular, nesse caso, não anulou a autonomia formativa, mas criou condições para que o encontro com o território se tornasse objeto de reflexão crítica. Assim, a curricularização revelou-se potencialmente transformadora quando acompanhada de mediação pedagógica consistente.

Assim, a extensão curricularizada demonstra potencial para operar como espaço de deslocamento epistemológico e ético, desde que não se restrinja ao cumprimento formal de carga horária, mas seja assumida como eixo estruturante da formação.

Conclusões

A extensão curricularizada constitui-se como dispositivo formativo relevante na licenciatura em Pedagogia, ao possibilitar a articulação concreta entre universidade e território. A experiência analisada evidencia que a inserção sistemática da extensão no currículo favorece deslocamentos na compreensão de comunidade e território, superando gradualmente perspectivas assistencialistas e hierarquizantes. O contato dialógico com as narrativas infantis contribui para a construção de uma postura docente mais sensível à escuta, situada nas realidades sociais e comprometida eticamente com os sujeitos envolvidos. A articulação entre ação extensionista e reflexão crítica fortalece a formação de professores capazes de reconhecer o território como dimensão constitutiva do processo educativo. A consolidação da extensão como eixo estruturante da formação docente exige compromisso institucional contínuo, garantindo que sua presença no currículo não se restrinja ao cumprimento formal de carga horária, mas se afirme como experiência formativa integrada e transformadora.

A experiência indica que a curricularização da extensão contribui para a constituição de professores mais atentos às dimensões sociais e territoriais da prática educativa. Ao vivenciar o território como espaço de aprendizagem e não apenas de intervenção, as estudantes ampliam sua compreensão sobre o papel social da escola. Tal processo aponta para a necessidade de políticas institucionais que garantam continuidade, acompanhamento e valorização da extensão como eixo estruturante da formação docente.

Palavras-chave

Formação docente; Território; Educação Popular; Identidade profissional.

Referências

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.
FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.
MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 2014.
SANTOS, Milton. **O espaço do cidadão**. São Paulo: Edusp, 2007.
SCHÖN, Donald. **Educando o profissional reflexivo**. Porto Alegre: Artmed, 2000.